



## CONSELHO FISCAL

### RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

#### TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023

## 1. INTRODUÇÃO

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

## 2. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, *“Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ...”*.

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório de Execução Orçamental referente ao 3.º trimestre de 2023, aprovado pelo Conselho de Administração, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O relatório de execução orçamental em análise foi objeto de apreciação pelo Revisor Oficial de Contas, que emitiu o seu Relatório em 02.02.2024, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2023, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista, através do despacho n.º 250/2023-SET, de 12/06/2023.

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2023 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede de Plano de Atividade e Orçamento (PAO), assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2023.



## CONSELHO FISCAL

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

### 3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

#### 3.1. Execução Orçamental

A execução orçamental da receita até ao final do terceiro trimestre de 2023, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 58,9 milhões de euros, englobando o saldo transitado do ano anterior (2,5 milhões de euros), sem o qual ascenderia a 56,4 milhões de euros:

**Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita**

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 3.ºT2023 (acumulado)	Execução acumulada no período (%)	Receita cobrada no 3.ºT2022	Δ 2023/2022 (%)
3.1.9-Transferências correntes	56 574 209	32 279 430	57,1%	19 494 370	65,6%
3.1.9-Microsoft (Sentença judicial)	4 000 000	4 000 000	100,0%	-	-
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	20 001	19 601	98,0%	76 063	-74,2%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	98 904	12 079	12,2%	219 330	-94,5%
4.4.1-Projetos SAMA FSE	2 055 000	143 296	7,0%	237 867	-39,8%
4.8.2-Projetos diretamente financiados pela EU	1 318 578	33 180	2,5%	348 230	-90,5%
4.8.3-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	220 322 329	10 139 604	4,6%	-	-
4.8.4-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções-IVA	62 169 535	931 273	1,5%	-	-
4.8.8-Projetos diretamente financiados pela EU	1 500	-	-	-	-
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	31 000 000	7 470 019	24,1%	7 471 058	-
5.1.1-Reposições não abatidas aos pagamentos	257 915	257 915	100,0%	183 608	-
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	3 670 545	1 070 551	29,2%	1 757 477	-39,1%
5.1.3-Venda de bens de investimento	2 657	2 656	100,0%	69 912	-
5.4.1- Transferências correntes - Proj. diretamente financiados pela EU	40 201	40 200	100,0%	4 355	-
<b>Total de receitas correntes</b>	<b>381 531 374</b>	<b>56 399 804</b>	<b>14,8%</b>	<b>29 862 270</b>	<b>88,9%</b>
Saldo de Gerência	2 535 178	2 535 178	-	5 325 619	-52,4%
<b>Total</b>	<b>384 066 552</b>	<b>58 934 982</b>	<b>15,3%</b>	<b>35 187 889</b>	<b>67,5%</b>

Da análise do quadro supra, importa salientar o seguinte:

- A taxa de execução da receita (14,8%), sem o saldo transitado, situou-se abaixo da prevista para o período, devido essencialmente à reduzida taxa de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o qual representa 74% da previsão de receitas anuais.
- Das receitas cobradas, cerca de 57,2% correspondeu a transferências correntes, 1,9% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades e 0,3% teve origem em programas comunitários [SAMA (FEDER e FSE)] e projetos diretamente financiados pela EU.
- Por comparação com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um aumento do valor da receita cobrada em cerca de 88,9% decorrente essencialmente das transferências correntes e do pagamento pela Microsoft de 4 milhões de euros em resultado de decisão judicial.



## CONSELHO FISCAL

No que se refere à **despesa**, com uma dotação disponível anual de 381,6 M€, a respetiva execução até ao final do terceiro trimestre totalizou 10,7%, correspondendo a cerca de 41 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

### Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa

U  
n: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Cativação	Dotação disponível anual	Despesa paga no 3.ºT2023	Execução no período (%)	Despesa paga no 3.ºT2022	Δ 2023/2022 (%)
01-Despesas com pessoal	13 949 683		13 949 683	9 389 153	67,3%	7 677 337	22,3%
02-Aquisições de bens e serviços	251 785 266		251 785 266	27 483 499	10,9%	16 677 019	64,8%
03-Outros juros	500		500	363	72,6%		
06-Outras despesas correntes	2 770 578	866 763	1 903 815	1 792 009	94,1%	1 115 194	60,7%
<b>Total de despesas correntes (A)</b>	<b>268 506 027</b>	<b>866 763</b>	<b>267 639 264</b>	<b>38 665 024</b>	<b>14,4%</b>	<b>25 469 550</b>	<b>51,8%</b>
07-Aquisição de bens de capital	114 013 449	0	114 013 449	2 336 926	2%	556 675	319,8%
<b>Total de despesas de capital (B)</b>	<b>114 013 449</b>	<b>0</b>	<b>114 013 449</b>	<b>2 336 926</b>	<b>2%</b>	<b>556 675</b>	<b>319,8%</b>
<b>Total (A)+(B)</b>	<b>382 519 476</b>	<b>866 763</b>	<b>381 652 713</b>	<b>41 001 950</b>	<b>10,7%</b>	<b>26 026 225</b>	<b>57,5%</b>

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

- A despesa executada ascendeu a 41 M€ (10,7% da dotação disponível anual) e apesar de apresentar um baixo grau de execução, de apenas 10,7%, verifica-se um aumento significativo em comparação com o período homólogo de 2022, de 57,5%, o que é explicado pelo Conselho de Administração pelo pagamento no primeiro semestre de 2023 de fatura referente ao licenciamento Microsoft e pelo aumento dos pagamentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência;
- A execução da rubrica “Despesas com pessoal” representou neste período 67,3 % do total desta rúbrica e 22,9% do total da despesa paga no semestre, verificando-se comparativamente ao período análogo do ano anterior um aumento de 22,3%;
- A aquisição de bens e serviços representa 67% da despesa paga no período em análise, tendo-se verificado um aumento, face ao período homólogo de 2022, de cerca de 64,8%, justificado pelo Conselho de Administração pelo pagamento da fatura referente ao licenciamento da Microsoft, para a qual existia uma provisão;
- Apesar da rubrica aquisição de bens de capital ter uma execução de apenas 2% da dotação disponível, anual verifica-se um aumento acentuado desta despesa face ao período homólogo do ano transato superior a 300%.

Os mapas de execução orçamental da despesa evidenciam ainda que a SPMS, até final do terceiro trimestre de 2023, assumiu compromissos no valor de 145,2 M€, ou seja, 38% da dotação anual disponível. Saliente-se que das dotações não comprometidas no final do período em causa (236,5 M€), 70,7% reportam a despesas ao abrigo da rubrica 4.8.3 (Projetos diretamente financiados pela EU), salientando-se que 44,6% dos compromissos por pagar respeitam à mesma rubrica.



**CONSELHO FISCAL**

**3.2. Execução económica e financeira**

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de setembro de 2023, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:

**Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados**

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento anual	Orçamento 3.ºT2023 (1)	Execução T3/2023 (2)	Execução T3/2022 (3)	Desvio (2)-(1)	Δ 2023/2022 %
<b>Rendimentos</b>	-	<b>68 967 718,5</b>	<b>61 520 467,8</b>	<b>52 207 495,0</b>	<b>- 7 447 250,7</b>	<b>17,8%</b>
Prestações de serviços		66 571 233,0	56 970 801,0	12 581 943,9	- 9 600 432,0	352,8%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos		2 117 367,1	228 754,9	36 785 613,6	- 1 888 612,2	-99,4%
Imoaridades de dívidas, provisões e variações justo valor				69 473,4	-	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos		279 118,5	4 320 911,9	2 770 464,2	- 4 041 793,4	56,0%
<b>Gastos</b>	-	<b>66 157 167,1</b>	<b>55 061 523,2</b>	<b>48 570 859,7</b>	<b>- 11 095 643,9</b>	<b>13,4%</b>
Fornecimentos e serviços externos		55 601 154,9	43 271 139,4	40 210 823,3	- 12 330 015,4	7,6%
Gastos com pessoal		10 462 262,3	8 905 673,4	7 493 303,6	- 1 556 588,9	18,8%
Outros gastos e perdas		93 750,0	2 884 710,4	866 732,8	- 2 790 960,4	232,8%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	-	<b>2 810 551,4</b>	<b>6 458 944,6</b>	<b>3 636 635,4</b>	<b>3 648 393,2</b>	<b>77,6%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		1 200 248,7	2 708 669,0	3 938 976,0	- 1 508 420,3	-31,2%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	-	<b>1 610 302,7</b>	<b>3 750 275,6</b>	<b>302 340,6</b>	<b>2 139 972,9</b>	<b>-1340,4%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	2 656,3	-	2 656,3	0,0%
Juros e gastos similares suportados		-	363,1	832,3	363,1	-56,4%
<b>Resultado antes de impostos</b>	-	<b>1 610 302,7</b>	<b>3 752 568,7</b>	<b>303 173,0</b>	<b>2 142 266,0</b>	<b>-1337,8%</b>
Imposto sobre o rendimento		338 163,6	-	-	- 338 163,6	-
<b>Resultado líquido do período</b>	-	<b>1 272 139,1</b>	<b>3 752 568,7</b>	<b>303 173,0</b>	<b>2 480 429,6</b>	<b>-1337,8%</b>

Como se constata, no final do terceiro trimestre de 2023, o resultado líquido da SPMS foi de cerca de 3,8M€, o que representa um resultado bastante superior em 195% ao valor orçamentado de 1,3M€. Igual comportamento se verificou ao nível do resultado operacional que ultrapassou o orçamentado em 132,9%. Face ao período homólogo de 2022, o resultado líquido passa de -0,3 M€ para +3,8M€, tendo o resultado operacional evoluído no mesmo sentido.

De salientar que, nas “Notas sintéticas às Demonstrações Financeiras” é referido pela empresa que “o resultado líquido sofreu um aumento face ao período homólogo, embora tenha existido variação positiva/negativa em todas rubricas. De salientar que a SPMS reconheceu o montante de 4M€ como receita referente ao financiamento para pagamento de licenciamento Microsoft, cujo gasto estava provisionado, o que originou um aumento do resultado líquido”.

De facto, conforme se constata no quadro supra, o valor do resultado do exercício é inferior ao valor da do pagamento pela Microsoft de decisão judicial e caso se expurgasse esta receita, o valor do resultado líquido seria sensivelmente aproximado do verificado no 3º trimestre de 2022. Note-se que quer os rendimentos (incluindo o referido pagamento da Microsoft) quer os gastos sofreram incrementos, de 9,3 M€ e 6,5M€, respetivamente, face ao período homólogo de 2022.



## CONSELHO FISCAL

À semelhança do verificado em trimestres anteriores, a alteração do tratamento contabilístico pela empresa, a partir de 2022, das transferências do Orçamento de Estado que passaram a ser classificadas como prestação de serviços uma vez que representavam uma contrapartida a um serviço prestado, levou a um aumento substancial das receitas decorrentes da prestação de serviços tendo como contrapartida uma redução da rubrica transferências correntes e subsídios à exploração, levando a que estas rubricas tenham variações muito significativas de valores face aos períodos análogos de 2022, situação que deixará de ser relevante no futuro.

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

### a) Os rendimentos e ganhos

Face ao período análogo de 2023, os rendimentos tiveram um incremento global de 17,8%, com aumentos significativos de cerca de 352,8% na prestação de serviços e uma redução de 99,4% nas transferências correntes e subsídios à exploração, verificando-se um desvio negativo de 10,8% face ao valor orçamentado.

### b) Os gastos e perdas

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se um acréscimo global de 13,4% nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, verificando-se aumentos em todas as suas componentes, fornecimentos e serviços externos (7,6%), gastos com pessoal (18,8%) e outros gastos e perdas (232,8%).

## 4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS (artigo 133.º do DLEO)

Nos termos do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO, devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados no ano anterior os seguintes gastos operacionais:

- ✓ *"a) Com pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo";*
- ✓ *b) Com fornecimentos e serviços externos, corrigidos do impacto do aumento dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transportes nos termos da alínea c) n.º 2;"*
- ✓ *Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, corrigido*



## CONSELHO FISCAL

*do impacto do aumento dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transportes nos termos da alínea c) n.º 2;”.*

No que concerne aos encargos com o pessoal, verificou-se um aumento de 18,8% indicando a SPMS que esta variação reflete os gastos inerentes a 2023.

Quanto aos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento no valor global de 88.013,29 €, verificou-se um aumento no 3º trimestre de 2023, face ao período análogo de 2022, no montante de 37.000,45 €, o que representa um acréscimo de 72,5%. Relativamente à variação dos gastos associados à frota automóvel entre os mesmos períodos, a mesma foi positiva de 2.061,96 €, ou seja, um aumento de 6,5%. Quanto aos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se um acréscimo de 139.953,54 € face ao período análogo de 2022, que se traduz num acréscimo de 86,8%.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócio passou de 379% no 3º trimestre de 2022 para 92% no período em apreço, referindo a SPMS que o volume de negócios (56,9 M€) apresenta um valor muito superior relativamente ao período homólogo (12,6 M€) devido à alteração no reconhecimento das transferências do Orçamento do Estado que ocorreu a partir de dezembro de 2022.

## 5. OUTROS ASPETOS

### 5.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se uma redução na ordem dos 50% da dívida total da sociedade face ao período análogo de 2022, salientando-se, contudo, a redução na dívida vencida que alcançou os 29%. Refira-se que a empresa não apresenta dívida vencida com mais de 90 dias.

De acordo com a informação prestada pela SPMS mais de 77% da dívida no 3.º Trimestre de 2023 é perante 3 fornecedores, Crayon Software Licensing, Unipessoal Lda., MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA e CAPGEMINI PORTUGAL SA. Salienta-se que a dívida vencida representa 86,8% da dívida total da SPMS.

O prazo médio de pagamentos ponderado fixou-se nos 28,29 dias, o que representa uma melhoria significativa face aos 48,81 dias no período análogo de 2022 e ainda mais expressiva face à situação verificada no final de 2022 (62,09 dias).

### 5.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.



# SPMS<sup>EPE</sup>

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

## CONSELHO FISCAL

### 6. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 3º trimestre de 2023 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido no final de setembro de 2023 no valor de 3.752.568,72 euros, situando-se o EBITDA em 6.458.944,61 euros.

Lisboa, 24 de abril de 2024

O CONSELHO FISCAL

A Presidente

O Vogal

Assinado por: **Luísa Maria Teixeira Pisco**  
Num. de Identificação: 06619984  
Data: 2024.04.24 16:54:52+01'00'

## **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**

### **RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

#### **RELATIVO AO 3º TRIMESTRE DE 2023**

##### **0. NOTA DE ENQUADRAMENTO**

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais e no Plano de Atividades e Orçamento, elaborados e apresentados pelo Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 3.º Trimestre de 2023, elaborado sob a égide do Conselho de Administração, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina também a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente no que se refere à elaboração de relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, emitido pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, relativo a Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

##### **1. INTRODUÇÃO**

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 3.º Trimestre de 2023, da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, que compreendem o balanço em 30 de setembro de 2023, que evidencia um total de 97.353.865 euros e um total de património líquido de 61.282.513 euros, incluindo um resultado líquido de 3.752.569 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

## 2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

## 3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

## 4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, em 30 de setembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

## 5. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de profundidade e detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços de terceiros, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao contrato programa, que estão a ser reconhecidos numa base de duodécimos. Este reconhecimento não tem igualmente em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa deve ser entendida neste enquadramento.

## 6. APRECIÇÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

### 6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 3.º trimestre de 2023 a receita cobrada líquida ascendeu a 58.934.982 euros e a despesa total paga ascendeu a 41.001.950 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido “Relatório Trimestral de Execução Orçamental”. Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

#### 6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 3.º trimestre de 2023 engloba o saldo transitado do ano anterior, no montante de 2.535.178 euros, que representa 4,3% do total da receita cobrada líquida apurada no trimestre. Sem este efeito, a receita cobrada no trimestre ascenderia a 56.399.803 euros.

O quadro seguinte detalha a origem desta receita, em termos comparativos com o realizado no período homólogo de 2022:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida Ano 2023		Receita cobrada líquida 3ºT 2023		Receita cobrada líquida 3ºT 2022		Variação 2023/2022		% Execução receita Corrigida
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
319 Tr. correntes ACSS OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	36 838 179	9,7%	27 628 634	46,9%	18 000 000	52,4%	9 628 634	53,5%	75,0%
319 Transferências correntes ACSS CC - SNS24	17 360 000	4,6%	3 482 378	5,9%	347 043	1,0%	3 145 335	90,3%	20,1%
319 Transferências correntes ACSS - CCMSNS	2 376 030	0,6%	1 156 418	2,0%	1 147 327	3,3%	11 091	1,0%	48,8%
319 Microsoft (Sentença judicial)	4 000 000	1,0%	4 000 000	6,8%	-	-	4 000 000	-	100%
319 Reposições não abatidas aos pagamentos	20 001	0,0%	19 601	0,0%	76 063	0,2%	-56 462	-74,2%	98%
319 Transferências de RI entre organismos	60 594 210	15,9%	36 299 031	61,6%	19 570 433	57,0%	16 728 598	85,5%	59,9%
411 Rec.próprias - FEDER - Intervenções e ações específicas	98 904	0,0%	12 079	0,0%	219 330	0,6%	-207 251	-94,5%	12,2%
411 FEDER - competitividade e internacionalização	98 904	0,0%	12 079	0,0%	219 330	0,6%	-207 251	-94,5%	12,2%
441 Rec. próprias - Fundo Soc. Europeu	2 055 000	0,5%	143 296	0,2%	237 867	0,7%	-94 571	-39,8%	7,0%
441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização	2 055 000	0,5%	143 296	0,2%	237 867	0,7%	-94 571	-39,8%	7,0%
482 Projetos diretamente financiados pela EU	1 318 578	0,3%	33 180	0,1%	173 995	0,5%	-140 815	-80,9%	2,5%
482 Outros e saldos de FE/Outros	1 318 578	0,3%	33 180	0,1%	173 995	0,5%	-140 815	-80,9%	2,5%
483 Projetos diretamente financiados pela EU	220 322 329	57,7%	10 139 604	17,2%	174 235	0,5%	9 965 369	5 719,5%	4,6%
483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	220 322 329	57,7%	10 139 604	17,2%	174 235	0,5%	9 965 369	5 719,5%	4,6%
484 Projetos diretamente financiados pela EU	62 169 535	16,3%	931 273	1,6%	-	-	931 273	-	1,5%
484 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções - IVA	62 169 535	16,3%	931 273	1,6%	-	-	931 273	-	1,5%
48B Projetos diretamente financiados pela EU	1 500	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
48B PRR - Com origem em beneficiários intermediários externos à Administração Central	1 500	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
511 Contrato-Programa com a ACSS - Projetos em Desenvolvimento	31 000 000	8,1%	7 470 019	12,7%	7 471 058	21,8%	-1 040	-0,0%	24,1%
511 Reposições não abatidas nos pagamentos	257 915	0,1%	257 915	0,4%	183 607	0,5%	74 308	40,5%	100,0%
511 Receita própria do ano - Com origem em RG provenientes do OE	31 257 915	8,2%	7 727 933	13,1%	7 654 665	22,3%	73 268	1,0%	24,7%
541 Projetos diretamente financiados pela EU	40 201	0,0%	40 200	0,1%	4 355	0,0%	35 845	823%	100%
541 Transferências de Receita Própria entre Organismos	40 201	0,0%	40 200	0,1%	4 355	0,0%	35 845	823%	100%
513 Fabricação - SNS	860 000	0,2%	262 852	0,4%	641 071	1,9%	-378 219	-50,0%	30,6%
513 Fabricação - Outras Entidades	2 810 545	0,7%	807 699	1,4%	1 116 406	3,3%	-308 707	-27,7%	26,7%
513 Venda de bens de investimentos	2 657	0,0%	2 656	0,0%	69 912	0,2%	-67 256	-96,2%	100,0%
513 Receita própria do ano - Com Outras Origens	3 673 202	1,0%	1 073 208	1,8%	1 827 389	5,3%	-754 181	-41,3%	29,2%
Subtotal	381 531 374	100,0%	56 399 803	95,7%	29 862 269	87%	26 537 534	88,9%	14,6%
Saldo de gerência anterior	-	-	2 535 179	4,3%	4 471 230	13,0%	-1 938 051	-43,3%	-
<b>Total Geral</b>	<b>381 531 374</b>	<b>100%</b>	<b>58 934 982</b>	<b>100%</b>	<b>34 333 499</b>	<b>100%</b>	<b>24 601 483</b>	<b>71,7%</b>	<b>15,4%</b>

Comparativamente ao período homólogo, expurgando o efeito do saldo de gerência, a variação ocorrida, de 26.537.534 euros, é essencialmente justificada pelo aumento da execução das transferências correntes na fonte 319, provenientes do Orçamento de Estado, e à execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Não obstante o aumento ocorrido face ao período homólogo de 2022, no final do terceiro trimestre, a receita apresenta um reduzido nível de execução, dado que representa apenas 15,4% da receita orçamentada. Este efeito deve-se sobretudo aos atrasos ocorridos ao nível da execução dos investimentos inseridos no Plano de Recuperação e Resiliência, os quais condicionaram a libertação de verbas provenientes desta fonte de financiamento.

### 6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 3.º trimestre de 2023, ao montante de 41.001.950 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2023	Cativação 2023	Orçamento Disponível Ano 2023		Despesa paga 3ºT2023		Despesa paga 3ºT2022		Variação 2023/2022		% Execução Despesa	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	10 282 128	-	10 282 128	100%	7 554 934	18,4%	6 226 591	23,9%	1 328 343	21,3%	73,5%	73,5%
01.02 Remunerações Variáveis	1 022 730	-	1 022 730	100%	355 697	0,9%	209 403	0,8%	146 294	69,9%	34,8%	34,8%
01.03 Segurança Social	2 644 825	-	2 644 825	100%	1 478 522	3,6%	1 241 343	4,8%	237 179	19,1%	55,9%	55,9%
<b>01 Despesa com pessoal</b>	<b>13 949 683</b>	<b>-</b>	<b>13 949 683</b>	<b>100%</b>	<b>9 389 153</b>	<b>22,9%</b>	<b>7 677 337</b>	<b>29,5%</b>	<b>1 711 816</b>	<b>22,3%</b>	<b>67,3%</b>	<b>67,3%</b>
02.01 Aquisição de Bens	1 350 835	-	1 350 835	100%	406 209	1,0%	338 997	1,3%	67 212	19,8%	30,1%	30,1%
02.02 Aquisição de Serviços	250 434 431	-	250 434 431	100%	27 077 290	66,0%	16 338 022	62,8%	10 739 268	65,7%	10,8%	10,8%
<b>02 Aquisição de bens e serviços</b>	<b>251 785 266</b>	<b>-</b>	<b>251 785 266</b>	<b>100%</b>	<b>27 483 499</b>	<b>67,0%</b>	<b>16 677 019</b>	<b>64,1%</b>	<b>10 806 480</b>	<b>64,8%</b>	<b>10,9%</b>	<b>10,9%</b>
03.05 Outros Juros	500	-	500	100,0%	363	0,0%	-	-	363	-	72,6%	72,6%
<b>03</b>	<b>500</b>	<b>-</b>	<b>500</b>	<b>100,0%</b>	<b>363</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>363</b>	<b>-</b>	<b>72,6%</b>	<b>72,6%</b>
06.02 Diversas	2 770 578	866 763	1 903 815	68,7%	1 792 009	4,4%	1 115 194	4,3%	676 815	60,7%	64,7%	94,1%
<b>06 Outras despesas correntes</b>	<b>2 770 578</b>	<b>866 763</b>	<b>1 903 815</b>	<b>68,7%</b>	<b>1 792 009</b>	<b>4,4%</b>	<b>1 115 194</b>	<b>4,3%</b>	<b>676 815</b>	<b>60,7%</b>	<b>64,7%</b>	<b>94,1%</b>
Despesas correntes	268 506 027	866 763	267 639 264	99,7%	38 665 024	94%	25 469 550	97,9%	13 195 474	51,8%	14,4%	14,4%
07.01 Investimentos	114 013 449	-	114 013 449	100%	2 336 926	5,7%	556 675	2,1%	1 780 251	320%	2,0%	2,0%
<b>07 Aquisição de bens de capital</b>	<b>114 013 449</b>	<b>-</b>	<b>114 013 449</b>	<b>100%</b>	<b>2 336 926</b>	<b>5,7%</b>	<b>556 675</b>	<b>2,1%</b>	<b>1 780 251</b>	<b>320%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>
Despesas de capital	114 013 449	-	114 013 449	100%	2 336 926	5,7%	556 675	2,1%	1 780 251	320%	2,0%	2,0%
<b>Total Geral</b>	<b>382 519 476</b>	<b>866 763</b>	<b>381 652 713</b>	<b>99,8%</b>	<b>41 001 950</b>	<b>100%</b>	<b>26 026 225</b>	<b>100%</b>	<b>14 975 725</b>	<b>57,5%</b>	<b>10,7%</b>	<b>10,7%</b>

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa revelou-se modesto, cifrando-se em apenas 10,7%, ligeiramente inferior à receita executada (15,4%). Esta baixa execução na despesa é justificada sobretudo pelos atrasos existentes ao nível da concretização de alguns dos principais projetos previstos em orçamento, com reflexos ao nível da aquisição de bens e serviços e da despesa de investimento, enquadrados no Plano de Recuperação e Resiliência;
- O agregado de despesa com recursos humanos é o que se aproxima mais dos valores orçamentados, representando 22,9% do total da despesa paga nos nove primeiros meses do ano;

- A despesa com aquisição de bens e serviços, que ascendeu a 27.483.499 euros (67% do total da despesa paga), embora representando um aumento de 10.806.480 euros (64,8%) face aos nove meses do período homólogo do ano anterior, traduz-se num grau de realização de 10,9% face ao orçamento;
- A rubrica de aquisição de bens de capital apresenta uma despesa orçamentada para 2023 no montante total de 114.013.449 euros. Contudo, até ao final do trimestre em análise foram executados 2.336.926 euros, representando um grau de execução de apenas 2%;
- Em termos globais, a despesa ocorrida até ao final do 3º trimestre reflete um aumento de 57,5% face ao período homólogo de 2022. Contudo, o nível de execução alcançado evidencia atrasos significativos ao nível da concretização dos principais projetos programados, o que antecipa que o exercício de conclua com sem que os principais objetivos definidos sejam concretizados em pleno.

## **6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço**

O Balanço reportado a 30SET23, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2022, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes:

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do terceiro trimestre ascende a 7.129.510 euros, refletindo um decréscimo de 9,2% relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente do reconhecimento das depreciações do período, no montante de 1.897.914 euros, que superaram o valor dos novos investimentos efetuados no exercício, que ascenderam a 1.173.718 euros. Acresce ainda a ocorrência de abates de bens, no valor de 1.915 euros;
- Os Ativos Intangíveis apresentavam um valor líquido no montante de 11.740.237 euros, representando 12,1% do total do Ativo. A variação face ao final de 2022 respeita ao reconhecimento de 1.387.116 euros decorrente de novos investimentos, atenuado por 810.755 euros respeitante às depreciações do período e 63.182 euros respeitante a abates;
- A rubrica de Clientes apresenta, a 30SET2023, um saldo de 3.091.265 euros, refletindo um decréscimo de 849.343 euros (-21,6%) face a 31DEZ2022, devido sobretudo à emissão de nota de crédito em benefício da ACSS, no montante de 896.292 euros no âmbito do Contrato Programa de 2022. Esta entidade é a que apresenta saldo em dívida mais expressivo, representando cerca de 95,8% do total do saldo a receber;

- A rubrica de Outras Contas a Receber apresenta a 30SET2023, um saldo de 15.807.587 euros, representando cerca de 16,2% do total do Ativo. Verifica-se um aumento de 13.709.286 euros face a 31DEZ2022, que se deve, essencialmente, aos valores especializados e a faturar, relativos ao centro de contacto do SNS24 (6.7M€) e ao Contrato Programa com a ACSS (9M€), decorrentes dos serviços prestados no decorrer do 2.º e 3.º trimestres do ano;
- Na rubrica de diferimentos, a variação apresentada face a 31DEZ2022 no montante de 4.357.111 euros, registado em ativo corrente, decorre essencialmente de encargos associados ao licenciamento Microsoft (5M€). Quanto saldo reconhecido em ativo não corrente, o montante de 1.855.878 euros respeita a licenças perpétuas com o fornecedor Oracle, que se encontra a ser diferidas durante 10 anos;
- A rubrica de Caixa e Depósitos, no final do terceiro trimestre, ascende a 49.045.104 euros, sendo esta a rubrica mais expressiva, representando cerca de 50,4% do total do Ativo. O saldo respeita maioritariamente (63,9%) ao valor recebido do PRR ainda em 2021 e relativamente ao qual ainda não foi executada despesa. A totalidade do montante reconhecido na rubrica encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, cumprindo assim com o princípio de unidade de tesouraria;
- A rubrica de Património Líquido, a 30SET2023, apresenta um saldo no montante de 61.282.513 euros, incluindo um resultado líquido de 3.752.569 euros, representando um acréscimo de 21,6% relativamente a 31DEZ2022. A variação constatada provém sobretudo do aumento verificado na rubrica de “Outras Variações no Património Líquido” (7,1 milhões de euros), decorrente do recebimento de verbas do PRR, no montante de 9.348.073 euros, conjugado com o reconhecimento dos rendimentos de 2.231.973 euros, correspondente à proporção dos gastos reconhecidos no âmbito deste programa. Acresce ainda o efeito decorrente do resultado líquido apurado nos nove primeiros meses do ano.
- O total do Passivo, no montante de 36.071.352 euros, reflete no final do 3º trimestre de 2023 um aumento expressivo de 22.675.131 euros (169,3%) relativamente ao final do exercício anterior, sendo esta variação justificada pelo aumento das rubricas “Fornecedores” (16,5 milhões de euros) e “Outras Contas a Pagar” (10 milhões de euros), conjugado com a anulação da provisão de 4 milhões de euros, referente a um processo judicial, e que teve desfecho desfavorável à SPMS, com o conseqüente pagamento do montante reclamado.
- A rubrica de Fornecedores ascendeu no final do trimestre a 17.885.334 euros, no qual se destacam as dez entidades credoras que mais contribuem para este saldo:

Fornecedor c/c	Saldo 30SET2023	Peso (%)
Crayon Software Licensing, Unipessoal Lda	-11 609 884 €	64,9%
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	-1 621 743 €	9,1%
CAPGEMINI PORTUGAL, SA	-1 023 578 €	5,7%
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	-470 845 €	2,6%
Oramix - Sistemas de Informação, SA	-463 104 €	2,6%
NOS Comunicações, SA	-381 667 €	2,1%
AXIANSEU II Digital, S.A.	-343 317 €	1,9%
IGNÍT PEOPLE, S.A	-307 145 €	1,7%
FIRST SOLUTIONS-SISTEMAS DE INFORMAÇÃO S.A	-169 173 €	0,9%
Claranet Portugal - Telecomunicações, S.A.	-161 445 €	0,9%
	<b>-16 551 900 €</b>	<b>92,5%</b>

- O saldo da rubrica de Outras Contas a Pagar, no final do 3.º trimestre de 2023, ascende a 14.780.089 euros, que respeita essencialmente a acréscimos de gastos com subcontratos (12,2 milhões de euros) e com remunerações ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias a liquidar em 2024 (1,2 milhões de euros).

### 6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do terceiro trimestre de 2023. Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2023, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rubrica deste Plano.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do terceiro trimestre, em termos de conta de exploração, foi favorável, comparativamente aos montantes orçamentados, bem como ao período homólogo.

No final do trimestre em análise, apurou-se um resultado líquido positivo de 3.752.569 euros, face à expectativa de um lucro orçamentado no montante de 1.272.139 euros. A justificação para esta evolução favorável, apesar da reduzida execução das rubricas de Transferências Correntes e Subsídios (-1,8 milhões de euros) e Prestação de Serviços (-9,6 milhões de euros), é compensada pelo menor gasto ocorrido ao nível da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (-12,3 milhões de euros), bem como de Gastos com Pessoal, que também ficam abaixo do orçamentado (-1,5 milhões de euros).

Na componente dos gastos, o desvio verificado na rubrica de FSE face ao valor orçamentado (-12.330.015 euros) é justificado pela baixa execução de despesa no âmbito do PRR e relativo ao Contrato Programa celebrado com a ACSS.

Naturalmente que este comportamento tem de ser analisado conjuntamente com o desvio desfavorável registado na rubrica de Transferências Correntes e Subsídios Obtidos, devido à não transferência destas verbas no período em análise.

No que concerne à rubrica de Gastos com Pessoal, ascende ao montante de 8.905.673 euros, apresentando uma diminuição de cerca de 14,9% face ao montante previsto em orçamento, considerando uma repartição linear desta natureza de gastos.

O total de gastos do terceiro trimestre de 2023 ascende assim a 57.770.555 euros, apresentando uma execução de 85,8% face ao orçamentado.

O total de rendimentos ascende a 61.523.124 euros, apresentando uma execução de 89,2% face os montantes orçamentados. Esta menor execução é justificada pelo desvio negativo verificado nas rubricas de Vendas e Serviços Prestados (-9.600.432 euros) e nas Transferências Correntes e Subsídios Obtidos (-1.888.612 euros), apesar do aumento na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos (4.041.793 euros), devido à execução do PRR e de correções relativas a exercícios anteriores.

#### **6. NOTA FINAL**

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 2 de fevereiro de 2024

**O Revisor Oficial de Contas**

**VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

*(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)*

# ANEXO 1

## Balanço

em 30 de setembro 2023 e em 31 de dezembro de 2022

BALANÇO	30SET2023	31DEZ2022	Valores em euros	
			Var Real 30SET23 - 31DEZ22	
			Valor	%
<b>ATIVO</b>				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7 129 510	7 855 621	-726 112	-9,2%
Ativos intangíveis	11 740 237	11 227 058	513 179	4,6%
Diferimentos	1 855 878	2 007 722	-151 845	-7,6%
<b>Subtotal</b>	<b>20 725 625</b>	<b>21 090 401</b>	<b>-364 777</b>	<b>-1,7%</b>
Ativo corrente				
Clientes, contribuintes e utentes	3 091 265	3 940 608	-849 343	-21,6%
Estado e outros entes públicos	2 825 648	723 945	2 101 703	290,3%
Outras contas a receber	15 807 587	2 098 301	13 709 286	653,4%
Diferimentos	5 858 635	1 501 524	4 357 111	290,2%
Caixa e depósitos bancários	49 045 104	34 455 286	14 589 819	42,3%
<b>Subtotal</b>	<b>76 628 240</b>	<b>42 719 664</b>	<b>33 908 577</b>	<b>79,4%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>97 353 865</b>	<b>63 810 065</b>	<b>33 543 800</b>	<b>52,6%</b>
<b>PATRIMÓNIO LIQUIDO</b>				
Património/Capital	26 260 689	26 260 689	0	0,0%
Reservas	11 157 563	10 523 112	634 451	6,0%
Resultados transitados	-34 086 795	-34 124 599	37 804	-0,1%
Outras variações no património líquido	54 198 487	47 082 387	7 116 100	15,1%
	<b>57 529 944</b>	<b>49 741 589</b>	<b>7 788 355</b>	<b>15,7%</b>
Resultado líquido do período	3 752 569	672 255	3 080 314	458,2%
<b>Total Património Líquido</b>	<b>61 282 513</b>	<b>50 413 844</b>	<b>10 868 669</b>	<b>21,6%</b>
<b>PASSIVO</b>				
Passivo não corrente				
Provisões	395 586	4 395 586	-4 000 000	-91,0%
<b>Subtotal</b>	<b>395 586</b>	<b>4 395 586</b>	<b>-4 000 000</b>	<b>-91,0%</b>
Passivo corrente				
Fornecedores	17 885 334	1 433 355	16 451 978	1147,8%
Estado e outros entes públicos	220 976	1 024 374	-803 398	-78,4%
Fornecedores de investimentos	559 089	555 209	3 880	0,7%
Outras contas a pagar	14 780 089	4 751 050	10 029 039	211,1%
Diferimentos	2 230 280	1 236 647	993 632	80,3%
<b>Subtotal</b>	<b>35 675 766</b>	<b>9 000 636</b>	<b>26 675 131</b>	<b>296,4%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>36 071 352</b>	<b>13 396 221</b>	<b>22 675 131</b>	<b>169,3%</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>97 353 865</b>	<b>63 810 065</b>	<b>33 543 800</b>	<b>52,6%</b>

## ANEXO 2

### Demonstrações de Resultados por Naturezas para o exercício findo em 30 de setembro de 2023

Valores em euros

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 30SET23	Real 30SET22	Orçamento 30SET23	Var Real 30SET23 - 30SET22		Var Real 30SET23 - Orç 30SET23	
				Valor	%	Valor	%
Prestação de Serviços	56 970 801,0	12 581 943,9	66 571 233,0	44 388 857,1	352,8%	-9 600 432,0	-14,4%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	228 754,9	36 785 613,6	2 117 367,1	-36 556 858,7	-99,4%	-1 888 612,2	-89,2%
Fornecimentos e serviços externos	-43 271 139,4	-40 210 823,3	-55 601 154,9	-3 060 316,2	7,6%	12 330 015,4	-22,2%
Gastos com o pessoal	-8 905 673,4	-7 493 303,6	-10 462 262,3	-1 412 369,7	18,8%	1 556 588,9	-14,9%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,0	69 912,0	0,0	-69 912,0	-100,0%	0,0	0,0%
Provisões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Aumentos/reduções de justo valor	0,0	-438,6	0,0	438,6	-100,0%	0,0	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	4 320 911,9	2 770 464,2	279 118,5	1 550 447,7	56,0%	4 041 793,4	1448,1%
Outros gastos e perdas	-2 884 710,4	-866 732,8	-93 750,0	-2 017 977,6	232,8%	-2 790 960,4	2977,0%
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>6 458 944,6</b>	<b>3 636 635,4</b>	<b>2 810 551,4</b>	<b>2 822 309,3</b>	<b>77,6%</b>	<b>3 648 393,2</b>	<b>129,8%</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-2 708 669,0	-3 938 976,0	-1 200 248,7	1 230 307,0	-31,2%	-1 508 420,3	125,7%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>3 750 275,6</b>	<b>-302 340,6</b>	<b>1 610 302,7</b>	<b>4 052 616,2</b>	<b>-1340,4%</b>	<b>2 139 972,9</b>	<b>132,9%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	2 656,3	0,0	0,0	2 656,3	0,0%	2 656,3	0,0%
Juros e gastos similares suportados	-363,1	-832,3	0,0	469,2	-56,4%	-363,1	0,0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>3 752 568,7</b>	<b>-303 173,0</b>	<b>1 610 302,7</b>	<b>4 055 741,7</b>	<b>-1337,8%</b>	<b>2 142 266,0</b>	<b>133,0%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	0,0	0,0	-338 163,6	0,0	0,0%	338 163,6	-100,0%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3 752 568,7</b>	<b>-303 173,0</b>	<b>1 272 139,1</b>	<b>4 055 741,7</b>	<b>-1337,8%</b>	<b>2 480 429,6</b>	<b>195,0%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>3 752 568,7</b>	<b>-303 173,0</b>	<b>1 272 139,1</b>	<b>4 055 741,7</b>	<b>-1337,8%</b>	<b>2 480 429,6</b>	<b>195,0%</b>

